

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Pan S.A. (“Pan”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Em 13 de junho de 2014, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento do capital social do Banco Pan no valor de até R\$ 1,5 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais na ocasião existentes (“Aumento em ON e PN”), de até 443.786.982 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,38 por ação ordinária ou preferencial.

Em 27 de junho de 2014, foi homologada pelo Bacen a alteração da denominação social da Companhia para Banco Pan S.A..

Em 31 de julho de 2014, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que a mudança da razão social para Banco Pan S.A. foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e consequentemente, o Banco passou a adotá-la oficialmente a partir de 1º de agosto de 2014, alterando também os códigos de negociação das ações e o nome de pregão na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

Em 21 de agosto de 2014, o Conselho de Administração do Pan aprovou por voto favorável de todos os seus conselheiros independentes, a venda da participação societária detida pelo Pan nas sociedades Pan Seguros S.A. (“Pan Seguros”) e Panamerica Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. (“Pan Corretora”). Nesta mesma data foram celebrados contratos de compra e venda por meio dos quais o Pan alienaria (i) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Seguros à BTG Pactual Seguradora S.A. (“BTGP Seguradora”), uma sociedade controlada do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), e (ii) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Corretora ao BTG Pactual e à Caixa Participações S.A. (“Caixapar”), pelo valor total combinado de R\$ 580.000.000,00, o qual seria corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento destas operações. Em 29 de dezembro de 2014, as operações previstas nos contratos de compra e venda foram concluídas após concedidas as aprovações regulatórias necessárias e aplicáveis, incluindo a aprovação pelo Bacen.

Em 29 de agosto de 2014, o Bacen aprovou o Aumento de Capital em ON e PN com subscrição de 393.964.088 no total, e, dessa forma, o Capital Social da Companhia passou a ser composto por 535.029.747 ações ordinárias e 394.010.416 ações preferenciais, totalizando 929.040.163 ações.

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Desde 2011, por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Pan, foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reitterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal (“Caixa”) em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares realizados com ambos os acionistas controladores, BTG Pactual e Caixa. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Banco alternativas de *funding* com custo competitivo.

Adicionalmente, desde 2012, o Pan mantém acordo de cooperação mútua junto à Caixa para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Com relação à atividade econômica, o PIB do 3º trimestre de 2014 expandiu 0,1% em relação ao trimestre anterior, após ajustes para efeitos sazonais, e registrou queda de 0,2% em relação ao mesmo período de 2013. Do lado da oferta, após dois trimestres positivos, atividades primárias registraram queda de 1,9%, o pior desempenho entre os setores na comparação entre trimestres, e um pequeno crescimento de 0,3% em relação ao mesmo período em 2013. Diferentemente, a indústria continuou um trimestre positivo, expandindo 1,7% em relação ao trimestre anterior, apesar de ter registrado quatro trimestres consecutivos com retração e ainda este negativa na comparação interanual, com queda de 1,5%. O produto da indústria permanece abaixo do nível do primeiro trimestre de 2011. Já a construção obteve um crescimento de 1,3% em relação ao trimestre anterior, acima dos fracos resultados nos trimestres anteriores de 2014, enquanto a mineração permaneceu com o resultado mais forte entre os setores, crescendo 2,2% em relação ao trimestre anterior, marcando o sexto trimestre consecutivo de expansão. As atividades de serviços voltaram a apresentar crescimento depois da pouca usual queda observada no segundo trimestre, tendo expandido 0,5% em relação ao trimestre anterior, mas ainda permanecendo abaixo do ritmo dos últimos anos.

Do lado da demanda, o destaque negativo ficou com o consumo das famílias que contraiu 0,3% em relação ao último trimestre após dois trimestres igualmente fracos. Na realidade, com crescimento de 0,1% em relação ao terceiro trimestre de 2013, o consumo das famílias ficou praticamente estacionado, o que representou o pior resultado em mais de uma década. O investimento recuperou um pouco as perdas de quatro trimestres consecutivos ao crescer 1,3% em relação ao trimestre anterior. No entanto, não foi possível evitar uma queda importante, de 8% em relação ao mesmo período de 2013. Com isso o investimento permanece próximo do nível observado no primeiro trimestre de 2010. Finalmente, enquanto o consumo do governo expandiu-se em 1,3% em relação ao último trimestre, o setor externo registrou uma pequena queda em relação ao trimestre anterior, com o crescimento das exportações, de 1%, sendo marginalmente superado pelos 2,4% de crescimento das importações.

Ainda referente ao setor externo, o balanço de pagamentos registrou déficit de US\$ 9,8 bilhões em dezembro de 2014, registrando superávit de US\$ 10,8 bilhões em 2014. O déficit em conta corrente ficou em US\$ 10,3 bilhões em dezembro de 2014. Com este resultado, o déficit acumulado em 12 meses elevou-se para US\$ 90,9 bilhões, equivalentes a 4,2% do PIB, comparativamente ao déficit de US\$ 81,1 bilhões, ou 3,6% do PIB em 2013. No mês de dezembro, a conta financeira apresentou ingressos líquidos de US\$ 1 bilhão, com destaque para os ingressos líquidos de investimentos estrangeiros diretos (IED), de US\$ 6,7 bilhões. No ano, a conta financeira acumulou saldo positivo de US\$ 99 bilhões, destacando-se novamente os ingressos líquidos de IED, que atingiram US\$ 62,5 bilhões.

Sobre a inflação, o IPCA de dezembro teve alta de quase 0,8% em relação ao mês anterior. Apesar disso, conforme esperado, a inflação acumulada em 12 meses encerrou o ano levemente abaixo do teto da meta, em 6,41%. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego caiu para 4,3% em dezembro, comparada à taxa de 4,8% em novembro, ficando no mesmo nível de dezembro de 2013. Ajustando para efeitos sazonais a taxa também teria caído de 5,3% para 5,1%. Com este resultado, a taxa de desemprego média de 2014 ficou em 4,8%, sendo a menor observada desde 2002, quando do início da série elaborada pelo IBGE. Entretanto, a queda na taxa de desemprego de dezembro não foi consequência da expansão do nível de emprego. Na realidade, houve contração da população empregada em dezembro de 2014, de -0,7% em relação ao mês de novembro e de -0,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este desempenho foi possível, portanto, por uma nova queda na taxa de participação, que após forte declínio desde meados de 2013, parou de cair desde maio de 2014.

Em relação ao mercado de crédito, os saldos das operações de dezembro de 2014 continuaram mostrando moderação no crescimento, tendo expandido 11,3% em relação ao ano anterior, frente a uma expansão de 11,7% apresentada no último mês. Mas desta vez a desaceleração restringiu-se ao crédito direcionado, que cresceu 19,6% em relação ao ano anterior, frente ao crescimento de 20,7% apresentado no mês de novembro, uma vez que o crédito livre permaneceu estável expandindo 4,7% em relação ao ano anterior. Para fins de comparação, em dezembro de 2013, o crescimento dos saldos das operações de crédito foi de 14,7% na comparação anual. Em linha com as tendências recentes, mais uma vez as instituições públicas ampliaram sua participação nos saldos, com 53,6% frente a 53,5% em novembro e 51,2% em dezembro de 2013. Com relação aos aspectos qualitativos, a taxa média de juros do crédito livre para pessoas físicas caiu ligeiramente em dezembro passando de 44,1% para 43,4%. Na mesma direção, a taxa para operações com pessoas jurídicas também apresentou queda na margem, passando de 23,5% para 23,3%. A inadimplência das pessoas físicas no crédito livre registrou pequena queda e voltou para 6,5% prolongando o quadro de estabilidade observado desde o final de 2013.

Sobre a situação fiscal, o setor público consolidado registrou déficit primário para o ano pela primeira vez desde 2002. Após o déficit de R\$ 19,2 bilhões de dezembro, o ano fechou com déficit de R\$ 32,5 bilhões, representando 0,63% do PIB. De acordo com a metodologia “abaixo da linha” do Banco Central, o resultado de 2014 foi composto pelos déficits de R\$ 20,5 bilhões do governo central, R\$ 13,2 bilhões dos estados e R\$ 4,3 bilhões das empresas estatais, somados a um superávit de R\$ 5,5 bilhões dos os governos municipais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Mesmo neste contexto de desempenho moderado da atividade econômica e política monetária mais restritiva, a originação de ativos de crédito apresentou crescimento em relação aos trimestres comparáveis mantendo sua trajetória de crescimento relevante no longo prazo. Assim, a originação de créditos atingiu média mensal de R\$ 1.911,0 milhões no 4º trimestre de 2014, 43,4% superior aos R\$ 1.332,5 milhões no 3º trimestre de 2014 e 41,4% acima dos R\$ 1.351,6 milhões no 4º trimestre de 2013, influenciado por fatores sazonais e mudanças regulatórias no produto consignado impactando este trimestre diretamente. No ano de 2014, a originação média mensal de créditos foi de R\$ 1.422,5 milhões, 17,0% acima da média mensal de R\$ 1.216,0 milhões em 2013.

A Carteira Total de Crédito atingiu R\$ 17.632,9 milhões ao final do 4º trimestre de 2014, valor 6,5% superior à carteira de R\$ 16.561,8 milhões em setembro de 2014 e 12,5% superior aos R\$ 15.675,5 milhões de dezembro de 2013. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$ 17,5 bilhões e (ii) os créditos cedidos com coobrigação anteriormente à Resolução 3.533/08 do Bacen, no montante de R\$ 96,9 milhões.

O saldo da carteira de crédito com resultado retido, que exclui da carteira total os créditos cedidos com coobrigação citados no parágrafo acima e, desta forma, fornece a medida da carteira que rende receitas de juros para a Companhia, por sua vez, manteve crescimento superior ao da Carteira Total de Crédito, tendo atingido R\$ 17.536,0 milhões no fim deste 4º trimestre, com crescimento de 6,9% em relação ao trimestre anterior e de 15,5% em relação ao mesmo trimestre de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014, o Pan possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$ 6,5 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu R\$ 17.639,4 milhões no final do 4º trimestre de 2014.

Financiamento de Veículos

Segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos (CDC PF) totalizou R\$ 184,2 bilhões no 4º trimestre de 2014, registrando queda real de 1,5% em relação ao trimestre anterior e de 10,2% ante o mesmo período de 2013. A modalidade representa 23,4% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de leasing, que representa 0,4% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraindo e registrou queda real de 21,0% no trimestre e de 2,3% nos últimos doze meses, totalizando R\$ 3,1 bilhões.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos (CDC PF) atingiu 3,9% no 4º trimestre de 2014, registrando recuo de 0,5 ponto percentual em relação ao terceiro trimestre de 2014 e queda de 1,3 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano de 2013. Destaca-se que a máxima histórica do indicador foi alcançada em junho de 2012 (7,2%), tendo recuado gradativamente desde então.

No 4º trimestre de 2014, as taxas de juros para aquisição de veículos cobradas das famílias atingiram 22,3% ao ano, queda de 0,5 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e avanço de 1,1 ponto percentual em doze meses.

De acordo com a Fenabrev, foram vendidas 3,7 milhões de unidades de veículos leves (automóveis e comerciais leves novos e usados) no 4º trimestre de 2014, alta de 6,8% em relação ao mesmo período de 2013, com a comercialização de usados avançando 9,9% e as vendas de novos registrando queda de 1,4%. Na comparação com o trimestre anterior houve avanço de 5,1% no mercado de veículos usados e de 8,8% no segmento de novos (dados com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 146,1 mil unidades no 4º trimestre de 2014, registrando recuo de 2,8% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, com forte queda de 5,3% no segmento de novos e retração de 1,5% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre anterior, houve avanço de 4,8% e de 3,8% no mercado de pesados novos e no segmento de pesados usados, respectivamente (dados ajustados sazonalmente).

Ainda de acordo com a Fenabrev, as vendas de motos no 4º trimestre de 2014 totalizaram 1,1 milhão de unidades, incluindo novas e usadas, apresentando alta de 6,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (queda de 3,2% no segmento de motos novas e alta de 12,0% no mercado de usadas). Na comparação com o trimestre anterior, houve avanço de 3,7% no mercado de motos novas e alta de 6,3% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente).

O Pan concedeu no 4º trimestre de 2014 R\$ 1.915,9 milhões em novos financiamentos, incluindo as operações de arrendamento mercantil, valor 14,7% superior aos R\$ 1.669,8 milhões originados no trimestre anterior e 7,6% superior aos R\$ 1.780,7 milhões originados no 4º trimestre de 2013. No ano de 2014, a originação de créditos de veículos e arrendamento mercantil atingiu R\$ 6,7 bilhões, 0,8% acima da originação de R\$ 6,6 bilhões em 2013.

O Banco está ativamente presente em 7.624 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 14,0% da originação total. Sua estratégia em veículos leves tem sido orientada pela busca de diversificação entre o segmento de automóveis novos e usados. Neste sentido, cabe destacar que, no 4º trimestre de 2014, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 54,4% do financiamento de veículos leves e 46,2% do financiamento total de veículos, percentuais comparados, respectivamente, aos 55,0% e 45,3% do trimestre anterior e aos 57,3% e 46,5% do 4º trimestre de 2013.

Os financiamentos de veículos pesados tiveram produção média mensal de R\$ 29,7 milhões no 4º trimestre de 2014, 22,0% abaixo dos R\$ 38,1 milhões do trimestre anterior e 20,6% abaixo do 4º trimestre de 2013.

Os financiamentos de motos, por sua vez, tiveram produção média mensal de R\$ 65,9 milhões no 4º trimestre de 2014, 9,4% superior aos R\$ 60,2 milhões no 3º trimestre de 2014 e 11,4% abaixo do 4º trimestre de 2013.

A administração do Pan trabalha constantemente no aprimoramento dos modelos de aprovação, sistemas e processos de crédito do Banco. Como fruto deste trabalho, vem sendo alcançada uma melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safras originadas desde o 2º semestre de 2011.

Crédito Pessoal

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito pessoal total (consignado e não-consignado) totalizou R\$ 354,2 bilhões no quarto trimestre de 2014, acumulando altas reais de 0,1% e 4,1% em relação ao trimestre anterior e na comparação com o mesmo período de 2013, respectivamente. A modalidade representa 45,1% do saldo de crédito livre para as famílias.

A carteira de crédito consignado atingiu R\$ 252,0 bilhões no quarto trimestre de 2014, registrando variações reais de 1,3% e 6,7% em relação ao trimestre anterior e no comparativo anual, respectivamente. Dentre os três segmentos que compõe o crédito consignado, o estoque de crédito para beneficiários do INSS foi o que registrou maior expansão real anual (+8,6%), seguido por servidores públicos (+6,7%). Destaca-se que os empréstimos para servidores públicos representam 61,8% do estoque de crédito consignado total.

Já o saldo de crédito pessoal não-consignado alcançou R\$ 102,2 bilhões, registrando queda real de 2,8% em relação ao 3º trimestre de 2014 e de 1,8% em doze meses.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias atingiu no 4º trimestre de 2014, 3,8% do saldo de crédito pessoal total, recuos de -0,1 ponto percentual e de -0,2 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e nos últimos 12 meses, respectivamente. No segmento não-consignado, a taxa de atrasos registrou alta de 0,4 ponto percentual no comparativo anual, atingindo 7,5% do estoque de crédito. Já no segmento de crédito consignado, a taxa de inadimplência atingiu 2,4%: recuo de 0,2 ponto percentual no comparativo com o terceiro trimestre de 2014 e de 0,3 ponto percentual em doze meses, respectivamente.

O Pan concedeu R\$ 2.236,1 milhões em novos créditos consignados para servidores públicos e beneficiários do INSS durante o 4º trimestre de 2014, valor 79,1% superior aos R\$ 1.248,3 milhões do 3º trimestre de 2014 e 132,4% acima dos R\$ 962,2 milhões originados no mesmo trimestre de 2013, influenciado neste trimestre em grande parte por mudanças regulatórias no produto. No ano de 2014, a originação de créditos consignados foi de R\$ 5,4 bilhões, 63,6% acima da originação de R\$ 3,3 bilhões em 2013 configurando uma importante evolução.

Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$ 109,0 milhões em novos financiamentos no 4º trimestre de 2014, com redução de 4,3% em relação ao trimestre anterior e de 15,0% em relação ao mesmo trimestre de 2013. No ano de 2014, as originações de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor somaram R\$ 464,7 milhões, 19,5% abaixo da originação de R\$ 577,3 milhões em 2013 pela desativação de algumas linhas de negócio da modalidade.

Empresas

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito livre para empresas totalizou R\$ 792,9 bilhões no 4º trimestre de 2014, registrando variações reais de 1,6% e -2,4% em relação ao 3º trimestre de 2014 e em doze meses, respectivamente. Esta carteira representa, atualmente, 15,4% do PIB, recuo de 0,3 ponto percentual em doze meses. Dentre as modalidades de financiamento às empresas, a carteira de capital de giro totalizou R\$ 394,9 bilhões, representando 49,8% do saldo de crédito livre PJ.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias do crédito livre para as empresas representou 3,4% da carteira de crédito no 4º trimestre de 2014, registrando recuo de 0,2 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior e avanço de 0,3 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2013.

Os atrasos no segmento de capital de giro avançaram 0,3 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2013, atingindo o patamar de 3,9% do saldo no 4º trimestre de 2014.

A concessão de novos financiamentos do Pan para empresas foi de R\$ 1.305,9 milhões no 4º trimestre de 2014, valor 57,5% superior aos R\$ 828,9 milhões do trimestre anterior, e 50,5% superior aos R\$ 867,8 milhões concedidos durante o 4º trimestre de 2013. No ano de 2014, a originação de créditos para empresas foi de R\$ 3,9 bilhões, 24,7% acima da originação de R\$ 3,1 bilhões em 2013.

Desta forma, a carteira de crédito para empresas, atingiu o montante de R\$ 4.159,5 milhões, com crescimento de 13,7% em relação à carteira de R\$ 3.659,1 milhões registrados no final de setembro, e 28,0% superior ao saldo de R\$ 3.249,0 milhões de dezembro de 2013. O saldo das operações de ACC em dólares era equivalente a R\$ 525,9 milhões no final de dezembro de 2014, contra R\$ 478,7 milhões no final de setembro de 2014 e R\$ 411,6 milhões no 4º trimestre de 2013, representando aumentos de 9,9% no trimestre e 27,8% em relação ao mesmo período de 2013.

Crédito Imobiliário

O saldo de crédito imobiliário PF (taxas livres + taxas reguladas) totalizou R\$ 432,5 bilhões no 4º trimestre de 2014, crescimento real de 4,5% em relação ao trimestre anterior e avanço de 19,0% em relação ao mesmo período de 2013. Desse total, R\$ 390,8 bilhões correspondem a recursos com taxas reguladas, com crescimento de 4,6% e 20,4% no comparativo com o trimestre anterior e em doze meses, respectivamente. O saldo de crédito imobiliário contratado a taxas de mercado atingiu R\$ 41,7 bilhões, crescimento real de 2,8% e de 7,6% em relação ao 3º trimestre de 2014 e no comparativo anual, respectivamente. A modalidade conta com uma das menores taxas de atrasos do segmento de financiamento para as famílias: a inadimplência acima de 90 dias atingiu, no 4º trimestre de 2014, 1,6% da carteira de crédito imobiliário, recuo de 0,1 ponto percentual em relação ao 3º trimestre de 2014 e estabilidade em doze meses. No 4º trimestre de 2014, o crédito imobiliário PF correspondeu a 8,4% do PIB, avanço de 1,4 ponto percentual nos últimos doze meses.

Foram originados pelo Pan R\$ 166,1 milhões em financiamentos imobiliários durante o 4º trimestre de 2014, volume 21,5% superior ao trimestre anterior e 46,5% inferior ao 4º trimestre de 2013, sendo: (i) R\$ 102,2 milhões em créditos concedidos para pessoas físicas dos quais R\$ 58,0 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil) e R\$ 44,2 milhões para a aquisição de imóveis; e (ii) R\$ 63,1 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Brazilian Securities”) para securitização. No ano de 2014, a originação de créditos imobiliários foi de R\$ 667,1 milhões, 32,4% abaixo da originação de R\$ 986,5 milhões em 2013, em função das mudanças internas na estrutura do produto como já feito com outros produtos do Banco.

A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$ 766,9 milhões no final de dezembro de 2014. Este valor é 8,9% maior do que o saldo da carteira de R\$ 704,2 milhões acumulada no final do trimestre anterior e 18,3% maior do que o saldo da carteira de R\$ 648,3 milhões no 4º trimestre de 2013.

Cartões

A base de cartões de crédito fechou o ano de 2014 com o total de 1,8 milhão de plásticos e o volume transacionado total com os cartões de crédito Pan, foi de R\$ 3,1 bilhões, 14,9% maior comparado ao ano de 2013.

No 4º trimestre de 2014, foram emitidos 54,6 mil novos cartões de crédito e, no ano, foram emitidos 223,9 mil novos cartões de crédito entre cartões convencionais e cartões consignado. Em 2014, a despesa administrativa e a provisão para crédito de liquidação duvidosa, apresentaram queda de 10,7% e 0,2%, respectivamente, comparadas ao ano anterior.

No último trimestre de 2014, o volume transacionado atingiu R\$ 892,4 milhões, 18,0% maior do que o trimestre anterior e 14,4% maior na comparação com o mesmo período de 2013.

Ao longo de 2014, foram lançados novos produtos, com o objetivo de diversificar o portfólio e alavancar as vendas: Cartão de Crédito em parceria com a empresa Hotel Urbano; Cartão de Crédito Platinum e Cartão PAN Visa Internacional em edição comemorativa da Copa do Mundo da FIFA™.

Seguros

Com a venda da Pan Seguros e da Pan Corretora em Dezembro de 2014, foi firmado um acordo operacional de distribuição, válido por 20 anos, por meio do qual a Pan Seguros utilizará o balcão do Pan na comercialização de seus produtos, e este será remunerado com uma receita de serviço.

O Pan originou prêmios no 4º trimestre de 2014 no montante de R\$ 39,1 milhões, sendo R\$ 31,0 milhões de seguro de proteção de crédito (Pan Protege), R\$ 4,0 milhões de seguro habitacional, R\$ 2,3 milhões de seguro de cartões e R\$ 1,8 milhões com outros seguros.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$ 20,3 bilhões em dezembro de 2014, 1,0% acima do saldo de R\$ 20,1 bilhões no final do 3º trimestre de 2014 e 15,0% acima do saldo de R\$ 17,7 bilhões no final do 4º trimestre de 2013, acompanhando as necessidades de financiamento dos crescentes ativos do Banco. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam R\$ 11,4 bilhões, ou 55,9% do total; (ii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 2,4 bilhões, ou 11,7% do total; (iii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 2,2 bilhões, representando 10,8% do total; (iv) as letras financeiras, que correspondiam a R\$ 2,1 bilhões, ou 10,5% do total; (v) as operações compromissadas, no total de R\$ 1,2 bilhão, 5,8% do total; (vi) as captações vinculadas à cessão de créditos com retenção de riscos e benefícios realizadas após julho de 2014, de acordo com a Resolução 3.533/08 do Bacen, no valor de R\$ 690,0 milhões, representando 3,4% do total; e (vi) os empréstimos no Brasil e exterior, que correspondiam a R\$ 168,3 milhões, equivalentes a 0,8%.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE I”) manteve sua trajetória de redução, encerrando o 4º trimestre de 2014 em R\$ 154,8 milhões, 23,7% abaixo dos R\$ 202,9 milhões do final do 3º trimestre de 2014 e 63,6% abaixo dos R\$ 425,2 milhões do 4º trimestre do ano anterior.

Da mesma forma, o saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coobrigação, anteriores à Resolução 3.533/08 do Bacen, vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem, uma vez que o Pan não realizou mais cessões nesses moldes sob a atual administração. Assim, o saldo de R\$ 96,9 milhões em carteiras cedidas com coobrigação ao final do 4º trimestre de 2014, representou quotas relevantes de 38,1% frente ao saldo de R\$ 156,7 milhões no final do trimestre anterior e 80,6% em relação ao saldo de R\$ 498,7 milhões no final do 4º trimestre de 2013.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Custos e Despesas

No 4º trimestre de 2014, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 236,6 milhões, 3,0% superior à despesa de R\$ 229,6 milhões no trimestre anterior e 3,7% inferior à despesa de R\$ 245,8 milhões do 4º trimestre de 2013. É importante ressaltar que, apesar da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa do 4T14 ter sido superior à despesa do 3T14, a carteira de crédito cresceu 6,5% neste mesmo período. No ano de 2014, mesmo a carteira de crédito total tendo crescido 12,5% a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 953,7 milhões, 5,1% abaixo da despesa de R\$ 1.004,5 milhões em 2013, refletindo a melhora na qualidade da concessão do crédito.

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa vem contribuindo de forma positiva ao longo dos últimos trimestres, tendo atingido o total de R\$ 71,9 milhões no 4º trimestre de 2014, 3,9% acima dos R\$ 69,2 milhões do 3º trimestre de 2014 e 46,7% acima dos R\$ 49,0 milhões do mesmo trimestre de 2013. No ano de 2014, a recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 276,4 milhões, uma evolução de 30,6% em relação à recuperação de R\$ 211,6 milhões em 2013.

Assim, a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 164,7 milhões no 4º trimestre deste ano, valor 2,7% maior do que os R\$ 160,4 milhões do trimestre anterior e 16,3% inferior aos R\$ 196,8 milhões do mesmo trimestre de 2013. Como já mencionado, cabe ressaltar que apesar da despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa do 4T14 ter sido superior à despesa do 3T14, a carteira de crédito cresceu 6,5% neste mesmo período. No ano de 2014, a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 677,3 milhões, 14,6% abaixo da despesa de R\$ 792,9 milhões em 2013.

As despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas totalizaram R\$ 468,3 milhões no 4º trimestre de 2014, comparadas a R\$ 403,2 milhões no 3º trimestre de 2014 e aos R\$ 416,8 milhões no 4º trimestre de 2013. Esse movimento foi influenciado pela incorporação de colaboradores vindos de promotoras, que, em contrapartida, reduziram as despesas de comissões, e também pelo reforço de provisões civis e impostos relacionados às receitas de cessão de crédito no trimestre.

No ano de 2014, as despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas somaram R\$ 1,7 bilhão, 4,0% acima das despesas de R\$ 1,6 bilhão em 2013. É importante notar que houve um incremento de apenas 4,0% em relação ao último ano, enquanto a inflação acumulada no período foi de 6,4%.

A adequação da estrutura de custos do Pan à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, a estrutura de custos do Banco está dimensionada conforme as atuais expectativas da administração para os futuros volumes e margens de operações de crédito. Caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas adicionais de ajuste de custos serão tomadas para garantir tal adequação.

Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem

O Pan apresentou no 4º trimestre de 2014 um resultado positivo de R\$ 226,5 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado negativo de R\$ 69,7 milhões no trimestre anterior e ao resultado negativo R\$ 182,9 milhões no mesmo trimestre de 2013. No ano de 2014, o Pan teve um resultado acumulado consolidado positivo de R\$ 7,8 milhões frente ao resultado negativo de R\$ 151,7 milhões obtido em 2013.

Os resultados citados foram impactados pela venda da Pan Seguros e da Pan Corretora, que trouxe um resultado líquido de R\$ 231,9 milhões no 4º trimestre de 2014, bem como pelo volume de cessão sem coobrigação de cada carteira de crédito realizada em cada período. As cessões de carteira sem coobrigação somaram R\$ 2.495,4 milhões no 4º trimestre de 2014 comparadas a R\$ 1.385,7 milhões no trimestre anterior e R\$ 1.496,8 milhões no 4º trimestre de 2013. As participações de cada carteira (veículos, consignado e imobiliário) no volume cedido também influenciaram na receita gerada e na margem financeira líquida que, no 4º trimestre de 2014, foi de 14,2%, comparada a 9,2% no 3º trimestre de 2014 e 11,6% no último trimestre de 2013.

O Patrimônio Líquido Consolidado do Pan totalizou R\$ 3.634,5 milhões em dezembro de 2014, frente aos R\$ 3.408,1 milhões registrados em setembro de 2014, e aos R\$ 2.304,9 milhões em dezembro de 2013.

O Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro encerrou o trimestre em 18,7%, sendo 13,5% de Capital Principal, frente aos 18,1%, sendo 12,8% de Capital Principal, registrados em 30 de setembro de 2014 após a contabilização do Aumento de Capital e 13,4%, sendo 7,8% de Capital Principal, em 31 de dezembro de 2013. O valor da Margem Operacional para o Conglomerado Financeiro no 4º trimestre foi de R\$ 1.494,3, comparado aos R\$ 1.325,4 milhões registrados no 3º trimestre de 2014 e R\$ 267,6 milhões ao final de 2013.

DESEMPENHO NO MERCADO DE AÇÕES

As ações preferenciais do Pan (BPAN4) estão listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e são integrantes do Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), do Índice de Ações com *TagAlong* Diferenciado (ITAG), do Índice de Governança Corporativa Trade (IG

* continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		9.668.009	8.429.711	10.623.486	9.672.162
Disponibilidades	5	36.507	36.806	47.298	47.763
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.075.581	1.167.367	952.847	1.164.314
Aplicações no mercado aberto		823.674	1.076.933	823.674	1.076.933
Aplicações em depósitos interfinanceiros		251.907	90.434	129.173	87.381
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	620.932	454.296	724.561	480.738
Carteira própria	7.a	216.700	281.203	252.284	243.252
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	159.007	130.597	180.113	185.274
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	86.232	21.962	92.710	31.676
Vinculados ao Banco Central		30.483	-	30.483	-
Vinculados à prestação de garantias		128.510	20.534	168.971	20.534
Outras aplicações		-	-	-	2
Relações interfinanceiras		48.107	28.466	48.107	28.466
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.917	2.345	2.917	2.345
Correspondentes no país		45.190	26.121	45.190	26.121
Operações de crédito	8	5.819.806	4.317.921	6.537.148	5.220.694
Operações de crédito - setor privado		6.303.257	4.810.334	7.101.564	6.168.576
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(483.451)	(492.413)	(564.416)	(947.882)
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	27.112	79.173
Operações de arrendamento a receber		-	-	32.098	95.133
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(4.986)	(15.960)
Outros créditos		1.875.345	2.278.409	2.044.687	2.434.166
Carteira de câmbio	9.a	532.656	428.518	532.656	428.518
Rendas a receber		-	-	297	30
Negociação e intermediação de valores		17.529	720	18.593	2.854
Prêmios de seguros a receber		-	-	-	13.285
Receíveis imobiliários	10	-	-	86.309	45.794
Títulos e créditos a receber	8 e 12	700.934	605.216	706.797	605.216
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(43.848)	(42.582)	(43.910)	(43.731)
Diversos	12	668.074	1.286.537	743.945	1.382.200
Outros valores e bens		191.731	146.446	241.726	216.848
Outros valores e bens	13.a	85.397	85.030	141.722	126.735
(Provisão para desvalorização)	13.a	(31.820)	(49.023)	(39.999)	(52.170)
Despesas antecipadas	13.b	138.154	110.439	140.003	142.283
Realizável a Longo Prazo		13.272.468	10.006.403	14.594.936	11.608.552
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	72.979	135.124	4.690	66.383
Aplicações em depósitos interfinanceiros		72.979	135.124	4.690	66.383
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.664.832	874.931	1.897.226	1.257.482
Carteira própria	7.a	492.643	179.474	714.325	444.064
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	889.972	310.096	900.684	385.551
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	255.521	177.927	255.521	183.924
Vinculados à prestação de garantias		26.696	207.434	26.696	243.943
Operações de crédito	8	8.183.741	6.764.725	8.838.215	7.474.008
Operações de crédito - setor privado		8.461.800	7.072.738	9.146.332	7.822.427
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(278.059)	(308.013)	(308.117)	(348.419)
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	7.810	36.676
Operações de arrendamento a receber		-	-	9.244	44.069
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(1.434)	(7.393)
Outros créditos		2.883.997	1.935.030	3.379.768	2.475.133
Carteira de câmbio	9.a	12.461	-	12.461	-
Créditos específicos		-	-	724	4.800
Receíveis imobiliários	10	-	-	69.971	147.956
Benefício residual em operações securitizadas	11	-	-	10.211	13.158
Títulos e créditos a receber	8 e 12	29.358	23.069	37.901	23.069
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(5.610)	(146)	(5.663)	(150)
Diversos	12	2.847.788	1.912.107	3.254.163	2.286.300
Outros valores e bens		466.919	296.593	467.227	298.870
Despesas antecipadas	13.b	466.919	296.593	467.227	298.870
Permanente		1.086.298	1.243.885	281.994	312.199
Investimentos		1.018.965	1.178.359	796	777
Participações em controladas	14.a	1.018.170	1.177.956	-	-
Outros investimentos	14.b	795	403	796	777
Imobilizado de uso	15	32.671	37.722	55.369	65.431
Imóveis de uso		-	-	-	2.530
Outras imobilizações de uso		47.282	72.180	76.488	105.296
(Depreciações acumuladas)		(14.611)	(34.458)	(21.119)	(42.395)
Intangível	16.b	34.662	27.804	225.829	245.991
Ativos intangíveis		70.870	50.802	323.136	306.014
(Amortizações acumuladas)		(36.208)	(22.998)	(97.307)	(60.023)
Total do Ativo		24.026.775	19.679.999	25.500.416	21.592.913

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Passivo	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		14.186.285	12.056.733	15.098.386	13.024.291
Depósitos	17.a	9.829.149	8.120.280	9.760.907	7.779.471
Depósitos à vista		107.184	178.301	107.002	178.508
Depósitos interfinanceiros		8.614.458	6.519.942	8.546.399	6.340.276
Depósitos a prazo		1.107.507	1.422.037	1.107.506	1.261.137
Captações no mercado aberto	17.b	158.988	1.034.884	147.672	1.029.285
Carteira própria		158.988	370.807	147.672	365.208
Carteira de terceiros		-	664.077	-	664.077
Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	2.766.722	1.676.695	3.495.960	2.391.831
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.993.112	1.664.954	2.722.350	2.380.090
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		773.610	11.741	773.610	11.741
Relações interfinanceiras		107.300	138.700	107.300	129.740
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1	-	1	-
Correspondentes no país	18	107.299	138.700	107.299	129.740
Relações interdependências		4.041	603	4.041	603
Recursos em trânsito de terceiros		4.041	603	4.041	603
Obrigações por empréstimos	19.a	-	-	68.317	122.719
Empréstimos no país		-	-	1.703	1.458
Empréstimos no exterior		-	-	66.614	121.261
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	37.208	1.698	13.559	1.698
Instrumentos financeiros derivativos		37.208	1.698	13.559	1.698
Outras obrigações		1.282.877	1.083.873	1.500.630	1.568.944
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.802	4.516	8.893	4.752
Carteira de câmbio	9.a	664	-	664	-
Sociais e estatutárias		1.540	-	2.303	1.702
Fiscais e previdenciárias	22.a	48.599	32.617	125.369	172.035
Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	-	-	-	153.851
Negociação e intermediação de valores		7.737	6.235	95.008	153.833
Dívidas subordinadas	20	95.409	72.007	95.409	72.007
Diversas	22.b	1.120.126	968.498	1.172.984	1.010.764
Exigível a Longo Prazo		6.204.399	5.312.753	6.765.919	6.261.281
Depósitos	17.a	1.815.409	1.534.937	1.713.617	1.485.834
Depósitos interfinanceiros		85.122	64.099	85.122	64.099
Depósitos a prazo		1.730.287	1.470.838	1.628.495	1.421.735
Captações no mercado aberto	17.b	1.028.368	57.712	1.028.368	57.712
Carteira própria		870.359	57.712	870.359	57.712
Carteira de terceiros		158.009	-	158.009	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	1.204.068	2.185.904	1.672.091	2.732.915
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.204.068	1.509.741	1.672.091	2.056.752
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		-	676.163	-	676.163
Obrigações por empréstimos	19.a	-	-	100.000	217.130
Empréstimos no país		-	-	100.000	100.000
Empréstimos no exterior		-	-	-	117.130
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	1.639	20.259	1.639	9.239
Instrumentos financeiros derivativos		1.639	20.259	1.639	9.239
Outras obrigações		2.154.915	1.513.941	2.250.204	1.758.451
Fiscais e previdenciárias	22.a	-	28.957	55.383	165.388
Negociação e intermediação de valores	23.e	-	-	1.606	2.207
Provisões técnicas de seguros e previdência		-	-	-	29.086
Dívidas subordinadas	20	1.460.874	1.288.620	1.460.874	1.288.620
Diversas	22.b	694.041	196.364	732.341	273.150
Resultados de Exercícios Futuros		1.605	2.460	1.605	2.460
Resultados de exercícios futuros		1.605	2.460	1.605	2.460
Participação de Acionistas Minoritários		-	-	20	21
Participação de acionistas minoritários		-	-	20	21
Patrimônio Líquido		3.634.486	2.308.053	3.634.486	2.304.860
Capital social:	24	3.460.732	2.867.020	3.460.732	2.867.020
De domiciliados no país		3.211.194	2.556.338	3.211.194	2.556.338
De domiciliados no exterior		249.538	310.682	249.538	310.682
Reserva de capital		195.208	-	195.208	-
Reserva de lucros		2.819	-	2.819	-
Ajustes de avaliação patrimonial		(24.273)	(16.286)	(24.273)	(16.286)
Lucros/Prejuízos acumulados		-	(542.681)	-	(545.874)
Total do Passivo		24.026.775	19.679.999	25.500.416	21.592.913

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2014 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

Nota explicativa	Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013
Receitas de Intermediação Financeira	2.854.930	4.828.194	3.907.130	5.156.895
Rendas de operações de crédito	8.h	2.415.185	4.397.584	4.650.649
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.h	-	-	34.371
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	134.219	215.649	242.890
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	197.514	105.490	70.495
Resultado de operação de câmbio	9.b	108.012	109.471	117.739
Despesas da Intermediação Financeira	(1.805.664)	(3.026.092)	(2.246.646)	(3.231.086)
Operações de captação no mercado	17.d	(1.382.049)	(2.140.884)	(1.353.175)
Operações de empréstimos e repasses	19.b	(3.708)	(19.302)	(9.003)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.d	(419.907)	(865.906)	(884.468)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.049.266	1.802.102	1.660.484	1.925.809
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.191.060)	(2.177.766)	(1.857.095)	(2.284.291)
Receitas de prestação de serviços	25	190.635	355.751	332.443
Resultado de equivalência patrimonial	14.a	(6.194)	3.741	39.034
Receita de prêmios ganhos de seguros	23.f	-	-	169.395
Despesas de sinistros retidos	23.f	-	-	(45.401)
Despesas de pessoal	26	(119.443)	(220.960)	(186.178)
Outras despesas administrativas	27	(742.091)	(1.371.573)	(1.276.509)
Despesas tributárias				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. ("Banco", "PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento às empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário à pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e alternativa de *funding* para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de cessão de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira de crédito para outras instituições financeiras. A cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios faz parte da estratégia operacional da instituição, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações anteriormente feitas com FIDCs, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na Nota 2. Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,9	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A. - Caixaapar	262.164.546	49,00	112.732.358	28,6	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	5	-	105	-	110	-
Mercado	3	-	179.246.242	45,5	179.246.245	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

A composição acionária acima considera o aumento de capital social aprovado em 13/06/2014 dentro do limite do capital autorizado, onde foram subscritas e integralizadas um total de 242.566.347 ações ordinárias e 151.397.741 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.331.601 destinados respectivamente R\$ 593.712 para Capital Social e R\$ 737.889 para Reserva de Capital. O processo foi aprovado pelo BACEN em 29/08/2014.

Alienação/Aquisição

a) Alienação da participação societária na Pan Seguros e na Pan Corretora
O Banco PAN S.A. e seus controladores, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, informaram aos seus acionistas e ao mercado que o Conselho de Administração do Banco Pan aprovou, em reunião realizada em 21/08/2014, por voto favorável de todos os seus conselheiros independentes, a venda da participação societária detida pelo Banco Pan nas sociedades Pan Seguros S.A. ("Pan Seguros") e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("Pan Corretora").

Nesse contexto, foram celebrados, contratos de compra e venda por meio dos quais o Banco PAN alienou (i) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Seguros à BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTGP Seguradora"), uma sociedade controlada do BTG Pactual, e (ii) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Corretora ao BTG Pactual e à Caixaapar, pelo valor total combinado de R\$ 580.000, o qual foi corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento das operações.

Em 29/12/2014, após todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo a aprovação pelo Banco Central do Brasil, foram concluídas as operações previstas nos contratos de compra e venda resultando em um ganho no montante de R\$ 386.530 antes dos impostos, sendo que eventuais desembolsos futuros com determinadas contingências relativas ao período de gestão do PAN serão por este indenizados.

Esta venda permitiu que o Banco PAN mantenha o foco na originação de crédito, permanecendo com uma receita adicional decorrente do crescente negócio de seguros, uma vez que o Banco PAN acordou, também no contexto das operações, um acordo operacional de distribuição com a Pan Seguros, válido por 20 anos a partir do fechamento das operações, por meio do qual a PAN Seguros utilizará o balcão do Banco PAN na comercialização de seus produtos de seguros.

b) Aquisição da carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. - em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira na época contava com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que estão sendo apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs ("Consolidado"), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2014, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 09/02/2015.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	31/12/2014	31/12/2013

Controladas diretas:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99
Orinvest Real Estate Holding S.A.	100,00	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
PAN Seguros S.A. (a)	-	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda. (a)	-	99,99

Controladas indiretas:		
Brazilian Finance e Real Estate S.A.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	99,99	99,99
BMSR II Participações S.A.	99,99	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	99,99	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	99,99	99,99

Entidades de Propósitos Específicos - EPES:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN ("Caixa CDC FIDC") (b)	-	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN ("Caixa Master CDC FIDC") (b)	-	100,00

(a) Empresas alienadas em 29/12/2014; e
(b) O percentual está representado pelas cotas subordinadas detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07, e Fundos FIDCs encerrados em 20/01/2014, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado anteriormente originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de "Outras obrigações - diversas", líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas antes mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica "Rendas de operações de crédito", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica "Operações de captação no mercado". A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", foi eliminada contra a rubrica "Operações de captação no mercado", com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica Resultado de operações de arrendamento mercantil".

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDCs") - Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanecia sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atendia a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs era o de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor - CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido em seus regulamentos, os FIDCs buscavam, mas não garantiam atingir determinada rentabilidade de percentual, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108% do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI

I. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130

(a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluída no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PAN passou a subscrever apenas partes de cotas subordinadas. Os Fundos foram encerrados em 20/01/2014, em 31/12/2013 o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 203.304 de um total em R\$ 203.304.

II. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento

Não havia previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizados com os FIDCs Caixa CDC e o Caixa Master CDC. O Banco subscrevia e devia manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se houvesse o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tinha a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tinha a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limitava às cotas subordinadas já subscritas.

III. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs
Devido a manutenção de aplicação em cotas subordinadas nos FIDCs, foi reconhecida até janeiro de 2014 uma receita de R\$ 222 (receita de R\$ 17.803 no exercício de 2013), registrada contabilmente na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", na demonstração de resultado individual - e eliminada no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Em 31/12/2014 e 31/12/2013, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

Ativo	Caixa CDC FIDC (1)		Caixa Master CDC FIDC (1)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	-	6	-	11
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	1.549	-	4.049
TVM	-	-	-	-
Direitos creditórios	-	89.912	-	517.979
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(57.334)	-	(316.313)
Outros valores	-	5	-	3
Total do Ativo	-	34.138	-	205.729
Passivo	-	-	-	-
Outras obrigações	-	27	-	113
Patrimônio líquido	-	34.111	-	205.616
- Cotas seniores	-	207	-	2.312
- Cotas subordinadas	-	33.904	-	203.304
Total do Passivo	-	34.138	-	205.729

(1) Fundo encerrado em 20/01/2014.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

	31/12/2014		31/12/2013	
	Patrimônio Líquido (1)	Resultado Líquido (1)	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido
Banco PAN individual	3.634.486	4.630	2.308.053	(229.048)
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:	-	-	-	-
Lucro não realizado nas cessões	-	13.033	(13.033)	153.850
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos	-	(7.711)	7.711	(24.981)
Efeitos tributários	-	(2.129)	2.129	(51.548)
Banco PAN consolidado	3.634.486	7.823	2.304.860	(151.727)

(1) Fundos encerrados em 20/01/2014.

IV. Avals, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorviam integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

V. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

Os FIDCs foram encerrados em 20/01/2014 e em 31/12/2013 o Banco PAN e suas empresas controladas eram os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 237.208, sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

VI. Encerramentos dos FIDCs

Em Assembleia Geral de Cotista Extraordinária dos FIDCs (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), realizada em 21/10/2013 foi deliberado o encerramento dos mesmos. Dessa forma, em 20/01/2014, o Banco PAN adquiriu a totalidade das cotas dos FIDCs, sendo que o evento final de encerramento ocorreu no próprio mês de janeiro/2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros foram contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência destas apólices ou futuras dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão, e correspondente provisão de prêmios não ganhos, foram contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros foram refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que buscavam refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionada às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que prevêm a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao balanço com receita ou despesa;
- *Swap*: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizado em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA;
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* em contas de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge* têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e
Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.
- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e
Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

u) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

v) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

w) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

x) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

	Financeiro	Seguros	Consórcios	Securitização	Promotora de	Outros	Eliminações	Total
	(1)	(2)(3)	(4)	(5)	Vendas (6)	(7)	(8)	(9)
Ativo								
Circulante	10.473.538	-	16.005	120.308	67.003	4.011	(57.379)	10.623.486
Realizável a longo prazo	14.120.562	-	25.331	218.329	177.343	155.163	(101.792)	14.594.936
Permanente	1.124.235	-	119	488	22.702	657.548	(1.523.098)	281.994
Total em 31/12/2014	25.718.335	-	41.455	339.125	267.048	816.722	(1.682.269)	25.500.416
Total em 31/12/2013	21.753.725	448.466	46.486	520.508	261.848	804.586	(2.242.706)	21.592.913
Passivo								
Circulante	15.008.806	-	11.609	97.532	37.372	446	(57.379)	15.098.386
Exigível a longo prazo	6.809.087	-	12.762	26.933	16.569	2.360	(101.792)	6.765.919
Resultado de exercícios futuros	1.605	-	-	-	-	-	-	1.605
Minoritários	-	-	-	-	-	-	20	20
Patrimônio líquido	3.898.837	-	17.084	214.660	213.107	813.916	(1.523.118)	3.634.486
Total em 31/12/2014	25.718.335	-	41.455	339.125	267.048	816.722	(1.682.269)	25.500.416
Total em 31/12/2013	21.753.725	448.466	46.486	520.508	261.848	804.586	(2.242.706)	21.592.913

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.;
- (3) Empresas alienadas em 29/12/2014;
- (4) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.;
- (5) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (6) Representados pelas empresas Penserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;
- (7) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (8) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro	Seguros	Consórcios	Securitização	Promotora de	Outros	Eliminações	Total
	(1)	(2)(3)	(4)	(5)	Vendas (6)	(7)	(8)	(9)
Demonstração do Resultado								
- Receitas da intermediação financeira	5.086.396	26.452	1.999	33.997	27.929	1.417	(21.295)	5.156.895
- Despesas da intermediação financeira	(3.247.259)	-	-	(5.122)	-	-	21.295	(3.231.086)
Resultado bruto	1.839.137	26.452	1.999	28.875	27.929	1.417	-	1.925.809
- Outras receitas/despesas operacionais	(2.307.788)	67.494	(5.868)	(13.551)	(8.701)	(13.239)	(2.638)	(2.284.291)
- Resultado de equivalência patrimonial	67.062	-	-	-	-	(49.272)	(17.790)	(17.790)
- Resultado não operacional	321.615	2.201	1	(2.159)	(2.704)	(602)	(5)	318.347
- Provisão para IR e CSLL	94.393	(41.880)	1.970	(4.451)	(5.693)	3.620	-	47.959
- Minoritário	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Lucro/Prejuízo em 31/12/2014	14.418	54.267	(1.898)	8.714	10.831	(58.076)	(20.433)	7.823
Lucro líquido em 31/12/2013	(165.741)	47.150	250	33.281	(723)	(2.684)	(63.260)	(151.727)

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.;
- (3) Empresas alienadas em 29/12/2014;
- (4) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.;
- (5) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (6) Representados pelas empresas Penserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;
- (7) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (8) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades em moeda nacional	30.275	28.403	41.065	39.360
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.232	8.403	6.233	8.403
Total de disponibilidades (caixa)	36.507	36.806	47.298	47.763
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	260.000	876.997	260.000	876.997
Total de caixa e equivalentes de caixa	296.507	913.803	307.298	924.760

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2014						
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Banco							
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição bancada							
• Letras Financeiras do Tesouro - LTN	260.000	-	-	-	-	260.000	
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	398.726	-	-	-	398.726	
Subtotal	260.000	398.726	-	-	-	658.726	
Posição Financiada							
• Letras do Tesouro Nacional - NTN	164.948	-	-	-	-	164.948	
Subtotal	164.948	-	-	-	-	164.948	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.988	40.743	7.331	172.845	72.979	324.886	
Total	455.936	439.469	7.331	172.845	72.979	1.148.560	
Banco							
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição bancada							
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	74.999	-	-	-	-	74.999	
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	207.503	119.010	-	-	-	326.513	
Subtotal	282.502	119.010	-	-	-	401.512	
Posição Financiada							
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	456.999	-	-	-	-	456.999	
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	137.496	80.926	-	-	-	218.422	
Subtotal	594.495	80.926	-	-	-	675.421	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.243	18.483	23.254	43.454	135.124	225.558	
Total	882.240	218.419	23.254	43.454	135.124	1.302.491	
Consolidado							
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição bancada							
• Letra Financeira do Tesouro - LTN	260.000	-	-	-	-	260.000	
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	398.726	-	-	-	398.726	
Subtotal	260.000	398.726	-	-	-	658.726	
Posição Financiada							
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	164.948	-	-	-	-	164.948	
Subtotal	164.948	-	-	-	-	164.948	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.988	40.743	7.331	50.111	4.690	133.863	
Total	455.936	439.469	7.331	50.111	4.690	957.537	
Consolidado							
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição bancada							
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	74.999	-	-	-	-	74.999	
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	207.503	119.010	-	-	-	326.513	
Subtotal	282.502	119.010	-	-	-	401.512	
Posição Financiada							
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	456.999	-	-	-	-	456.999	
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	137.496	80.926	-	-	-	218.422	
Subtotal	594.495	80.926	-	-	-	675.421	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.123	18.353	23.061	40.844	66.383	153.764	
Total	882.120	218.289	23.061	40.844	66.383	1.230.697	

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
- Posição bancada	31.499	16.741	31.499	17.203
- Posição financiada	35.662	49.035	35.662	49.035
- Posição vendida	-	53.213	-	53.213
Subtotal	67.161	118.989	67.161	119.451
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	28.904	28.666	14.909	17.982
Total (Nota 7d)	96.065	147.655	82.070	137.433

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2014 e em 31/12/2013, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Carteira própria:				
- Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	1.568	1.974
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	-	22.570	-
- Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	249.326	122.767
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	361.242	70.449	367.456	295.564
- Notas do Tesouro Nacional - NTN	347.244	152.205	347.243	152.205
- Cotas de Fundos de Investimento (1)	555	237.730	714	91.943
- Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	302	293	302	293
Subtotal	709.343	460.677	966.609	687.316
Vinculados a compromisso de recompra:				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	533.087	158.317	533.088	241.841
- Notas do Tesouro Nacional - NTN	515.892	282.376	515.892	282.376
- Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	18.709	16.253
- Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	13.108	29.355
Subtotal	1.048.979	440.693	1.080.797	570.825
Vinculados ao Banco Central				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.483	-	30.483	-
Subtotal	30.483	-	30.483	-
Vinculados à prestação de garantias:				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	150.672	227.968	191.133	264.477
- Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.534	-	4.534	-
Subtotal	155.206	227.968	195.667	264.477
- Outras aplicações	-	-	-	2
Subtotal	-	-	-	2
Total de títulos e valores mobiliários	1.944.011	1.129.338	2.273.556	1.522.620
				

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:
1. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

No exercício findo em 31/12/2014, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	Banco		
	31/12/2014		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	4.117.462	3.835.484	281.978
Empréstimo em consignação	2.896.180	2.294.770	601.410
Cédula de crédito bancário	69.313	67.317	1.996
Financiamentos habitacionais	193.501	190.768	2.733
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	17.936	17.648	288
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	262.179	16.714
Total	7.573.285	6.668.166	905.119

	Consolidado		
	31/12/2014		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	4.117.462	3.835.484	281.978
Empréstimo em consignação	2.896.180	2.294.770	601.410
Cédula de crédito bancário	69.313	67.317	1.996
Financiamentos habitacionais	193.691	183.323	10.368
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	17.936	16.952	984
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	244.554	34.339
Total	7.573.475	6.642.400	931.075

	Banco		
	31/12/2013		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	3.121.945	2.847.816	274.129
Empréstimo em consignação	3.077.527	2.459.507	618.020
Financiamentos habitacionais	190.638	163.791	26.847
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	15.960	13.676	2.284
Empréstimos com garantia imobiliária	585.939	479.552	106.387
Total	6.992.009	5.964.342	1.027.667

	Consolidado		
	31/12/2013		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	3.121.945	2.847.816	274.129
Empréstimo em consignação	3.077.527	2.459.507	618.020
Financiamentos habitacionais	190.714	152.852	37.862
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	15.957	12.755	3.202
Empréstimos com garantia imobiliária	585.866	448.095	137.771
Total	6.992.009	5.921.025	1.070.984

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 575.176, no Banco PAN e Consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 690.009.

Cessão anterior à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 96.940 (R\$ 498.748 em 31/12/2013), no Banco PAN e Consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 99.112 (R\$ 540.424 em 31/12/2013), no Banco PAN e Consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 20.787 (R\$ 132.982 em 31/12/2013), no Banco PAN e Consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (Nota 22b).

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Crédito direto ao consumidor	1.637.684	1.315.521	1.638.151	1.506.530
Lucros nas cessões de crédito (Nota 8g)	905.119	1.027.667	931.075	1.070.984
Empréstimos em consignação	613.766	345.986	613.766	345.986
Cartão de crédito	350.845	325.903	350.845	325.903
Financiamento à exportação	335.532	197.581	335.532	197.581
Capital de giro	258.146	163.573	258.146	163.573
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	249.396	180.945	276.423	211.685
Crédito pessoal	34.519	43.193	34.519	43.193
Renegociações	4.651	3.292	4.651	3.292
Direitos creditórios	2.612	8.269	2.612	8.269
Habitacionais	611	249	119.884	127.394
Rendas de empreendimentos imobiliários	-	-	25.299	22.612
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	-	-	72.765	55.271
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	-	-	16.649	44.219
Outras	4.703	4.817	4.703	4.817
Total	4.397.584	3.616.996	4.685.020	4.130.309

(1) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil;

(2) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:		31/12/2014		31/12/2013	
Banco e Consolidado					
Ativo - Outros Créditos					
Câmbio comprado a liquidar			526.576	411.553	
Rendas a receber			18.541	16.965	
Total do Ativo			545.117	428.518	
Passivo - Outras Obrigações					
Obrigações por compra de câmbio			460.206	382.805	
Adiantamento sobre contratos de câmbio			(459.542)	(382.805)	
Total do Passivo			664	-	

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado		31/12/2014		31/12/2013	
Rendas de Financiamento à Exportação			399.088	33.856	
Varição Cambial			(289.617)	79.590	
Outros			-	4.293	
Total			109.471	117.739	

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2014	31/12/2013
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	7.769	10.069
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/GPM/TR e sem correção monetária	0 até 18,33	148.511	183.681
Total				156.280	193.750

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	32.864	29.127
Aplicações Financeiras	141.694	182.360
Recebíveis Imobiliários (1)	9.718.376	10.313.889
Outros Ativos	28.401	26.513
Total do Ativo	9.921.335	10.551.889
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	9.797.053	10.400.866
Outros Passivos	114.072	137.865
Total do Passivo	9.911.125	10.538.731
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	10.211	13.158

(1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00% ao ano a 19,80% ao ano (31/12/2013 - 0,00% ao ano a 19,80% ao ano) e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% ao ano a 2,50% ao ano, e com vencimento até 22/01/2044;

(2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00% ao ano a 77,50% ao ano (31/12/2013 - 3,07% ao ano a 77,50% ao ano) e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% ao ano a 2,50% ao ano e com vencimento até 01/07/2043; e

(3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do exercício de 2014, a Controlada Brazilian Securities adquiriu o montante de R\$ 946.839 (31/12/2013 - R\$ 3.134.267) de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 2.209 (31/12/2013 - R\$ 15.223).

c) Em 31/12/2014, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 26.404, que corresponde a 0,27% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

12) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Créditos tributários (Nota 34b)(2)	2.508.625	2.466.982	2.861.023	2.810.588
Títulos e créditos a receber (3)(5)	730.292	628.285	744.698	628.285
Impostos e Contribuições a Compensar	281.584	290.039	353.118	380.069
Valores a receber por cessão de créditos	431.705	205.281	431.705	205.281
Depósitos judiciais e fiscais	158.456	115.079	195.600	144.554
Valores a receber de sociedades ligadas	43.443	20.742	53.577	-
Valores a receber de empréstimos consignados (4)	26.237	17.456	26.237	17.456
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	19.618	9.092	20.483	9.427
Cartões de Crédito	1.642	-	1.642	-
Adiantamentos e antecipações salariais	697	781	1.336	1.694
Outros	43.855	73.192	53.387	99.431
Total	4.246.154	3.826.929	4.742.806	4.296.785

(1) Inclui títulos e créditos a receber;

(2) Composto por: (a) Banco - Diferenças Temporárias no montante de R\$ 1.230.343 (R\$ 1.179.634 em 31/12/2013) e Prejuízo Fiscal no montante de R\$ 1.278.282 (R\$ 1.287.348 em 31/12/2013); e (b) Consolidado - Diferenças Temporárias no montante de R\$ 1.379.160 (R\$ 1.312.687 em 31/12/2013) e Prejuízo Fiscal no montante de R\$ 1.481.863 (R\$ 1.497.901 em 31/12/2013);

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(4) Refere-se basicamente a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2014 é R\$ 11.724 (R\$ 13.830 em 31/12/2013); e

(5) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram.

13) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Comissões pagas a correspondentes bancários	594.552	385.314	595.444	397.819
Gastos na emissão de títulos no exterior	7.969	21.061	8.110	21.318
Despesas de comercialização da Seguradora	-	-	-	19.630
Outras	2.552	657	3.676	2.386
Total	605.073	407.032	607.230	441.153

(1) No exercício encerrado em 31/12/2014, foram baixados valores de bens não de uso próprio por impairment, no montante de R\$ 6.731 no Consolidado, conforme Resolução CMN nº 3.566/08.

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Tranche USS mil	288.638	-	288.638	-
Total	288.638	-	288.638	-

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 6.871 no exercício findo em 31/12/2014 (receita de R\$ 13.252 no exercício findo em 31/12/2013). Essa operação possui

14) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/Prejuízo Ajustado	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (2) Exercício findo em	
			ON	PN	Cotas			31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1) (3)	141.521	67.903	11	-	-	99,970%	3.909	67.882	63.974	3.908	(3.187)	
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1) (3) (5) (10)	22.060	33.886	-	-	5.061	99,999%	4.418	33.886	29.468	4.418	2.176	
Ouinvest Real Estate Holding S.A. (1) (3) (6) (7) (8) (11)	926.410	813.868	151.656	31.431	-	100,000%	(58.074)	902.906	897.517	(58.074)	(14.337)	
Panamericano Administradora de Consórcio (1) (9)	18.680	17.084	-	-	11	78,999%	(985)	13.496	-	(778)	-	
PAN Seguros S.A. (3) (4) (12) (13)	-	-	-	-	-	-	47.020	-	181.255	47.020	50.793	
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e Previdência Privada Ltda. (3) (10) (12) (13)	-	-	-	-	-	-	-	7.247	-	5.742	7.247	
Total								1.018.170	1.177.956	3.741	39.034	

(1) Dados relativos a 31/12/2014;
(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(3) Empresas que tiveram suas informações financeiras do exercício findo em 31/12/2014 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;
(4) Em 10/02/2014, foi deliberado por AGE o pagamento de dividendos no montante de R\$ 55.000;
(5) Em 31/01/2014, foi deliberado por reunião dos sócios, pagamento de dividendos no montante de R\$ 17.000;
(6) O valor contábil incluído na aquisição do investimento no montante de R\$ 88.

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

hedge de risco de mercado (Notas 3e e 7c).

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos interfinanceiros	831.531	396.150	823.431	376.755
Depósitos a prazo (1)	422.142	295.035	393.454	295.035
Letras Financeiras - LF	253.264	165.955	253.264	165.955
Variação cambial	224.007	235.882	232.107	235.682
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas Subordinadas	162.456	145.497	162.456	145.497
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	26.198	10.674	144.865	80.076
Operações compromissadas	119.258	155.979	119.258	155.979
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	79.978	44.589	79.938	44.589
Captações no exterior - Dívida Subordinada e TVM no exterior	14.051	(105.950)	14.051	(105.950)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	7.999	9.364	9.755	11.238
Captação por meio de FIDCs	-	-	58	20.676
Debêntures	-	-	-	2.851
Total	2.140.884	1.353.175	2.232.637	1.428.583

(1) Em Dezembro/13 o Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões no 4º trimestre de 2013 e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

18) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	107.299	138.700	107.299	129.740
Total	107.299	138.700	107.299	129.740

19) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:					31/12/2014		31/12/2013	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Consolidado								
• No País	-	1.703	-	100.000	101.703	101.458	-	-
• No Exterior	-	66.614	-	-	66.614	238.391	-	-
Total em 31/12/2014	-	68.317	-	100.000	168.317	-	-	-
Total em 31/12/2013	-	2.322	-	217.130	-	339.849	-	-

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
No País	-	-	16.696	12.586
No Exterior	19.302	9.003	28.032	27.732
Total	19.302	9.003	44.728	40.318

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					31/12/2014	31/12/2013
No Exterior (1):						
2020	10	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.423.509	1.243.306
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% ao ano	13.478	11.544
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	119.296	105.777
Total					1.556.283	1.360.627

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 20.922 no exercício de 31/12/2014 (receita de R\$ 92.698, no exercício de 31/12/2013). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Notas 3e e 7c);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018; e

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/06/2019.

21) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

O Banco PAN e sua controlada (Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a ampliação da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinham efetuando o pagamento destas contribuições incidentes sobre receitas financeiras, mas provisionava essas valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo nº 39, inciso I da Lei nº 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP nº 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014, o Banco PAN aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), pagando à vista os débitos referentes às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 a 2012, e desistindo da discussão judicial existente. Conseqüentemente, as respectivas provisões existentes foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

Em 29/07/2014, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. também desistiu da discussão judicial existente e aderiu ao REFIS para usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo nº 39, inciso I da Lei nº 12.865, de 9/10/2013, com alterações da Lei nº 12.973 de 13/05/2014, pagando à vista os débitos referentes às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 a 2013.

b) Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretensão enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras - em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais. Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Processos cíveis	167.038	148.369	180.478	163.105
Processos trabalhistas	69.739	42.432	96.602	59.717
Processos tributários	3.173	3.160	26.824	21.386
Subtotal (1)	239.950	193.961	303.904	244.208
Provisão para riscos fiscais (2)	-	-	-	53.241
Total	239.950	193.961	303.904	297.449

(1) Nota 22b; e
(2) Classificados na rubrica "Outras Obrigações - fiscais e previdenciárias" (Nota 22a).

II - Movimentação das provisões:

	31/12/2014				Fiscais (1)	Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Subtotal		
Banco						
Saldo em 31/12/2013	148.369	42.432	3.160	193.961	-	193.961
Baixas	(83.768)	(31.644)	(438)	(115.850)	-	(115.850)
Constituições líquidas de reversões	102.437	58.951	451	161.839	-	161.839
Saldo em 31/12/2014	167.038	69.739	3.173	239.950	-	239.950
Consolidado						
Saldo em 31/12/2013	163.105	59.717	21.386	244.208	53.241	297.449
Baixas	(98.896)	(45.582)	(12.384)	(156.862)	(55.523)	(212.385)
Constituições líquidas de reversões	116.269	82.467	17.822	216.558	2.282	218.840
Saldo em 31/12/2014	180.478	96.602	26.824	303.904	-	303.904

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III - Passivos contingentes classificados como perda possível

No 4º trimestre de 2011 a Pan Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819. Em 25/08/2014, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 2º, da Lei nº 12.996/2014, com alterações da MP nº 651/2014, aderiu à modalidade de pagamento à vista prevista na Lei nº 11.941/09 em relação a parte do auto de infração de IRPJ e CSLL, permanecendo a discussão administrativa no montante de R\$ 7.961. Para liquidação desse saldo remanescente, em 28/11/2014, amparada pelos artigos 33 e 34 da Lei nº 13.043/2014, a instituição optou pela liquidação antecipada desses débitos, parte em dinheiro e parte com créditos de prejuízos fiscais acumulados de empresas ligadas.

No 3º trimestre de 2012, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656. Aguarda-se a publicação de acórdão para protocolo do Recurso de Revisão pela empresa, endereçado às Câmaras Reunidas do Conselho Municipal de Tributos de São Paulo.

No 4º trimestre de 2014, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de contribuição social relativo ao ano base de 2009, no montante de R\$ 17.369. Para liquidação desse valor, em 28/11/2014, amparada pelos artigos 33 e 34 da Lei nº 13.043/2014, a instituição optou pela liquidação antecipada desses débitos, parte em dinheiro e parte com créditos de prejuízos fiscais acumulados.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

22) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para riscos fiscais (Nota 21a)	-	-	-	53.241
Parcelamento Refis - Lei nº 11.941/09 (1)	-	33.021	-	34.872
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	20.962	-	34.333	65.887
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 34e)	-	-	109.542	145.271
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	8.416	7.031	8.814	7.596
Impostos e contribuições sobre saldos	523	1.217	2.752	4.431
ISS a recolher	1.769	1.532	3.996	2.978
COFINS a recolher	14.089	13.762	17.685	17.136
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	550	2.775	550	2.775
PIS a recolher	2.290	2.236	3.058	2.878
Outros	-	-	22	358
Total	48.599	61.574	180.752	337.423

(1) O Banco PAN e suas empresas controladas possuem ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária relacionados a (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal - FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL. Os débitos dessas discussões foram inseridos no programa de anistia e parcelamento fiscal previsto na Lei nº 11.941/09.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e, após apropriação das antecipações efetuadas, apresenta a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Débitos previdenciários	-	30.265	-	30.265
Demais débitos	-	2.756	-	4.607
Total	-	33.021	-	34.872

Em 28/11/14, amparada pelos artigos 33 e 34 da Lei nº 13.043/2014, a instituição optou pela liquidação antecipada desses débitos, parte em dinheiro e parte com créditos de prejuízos fiscais acumulados.

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	629.151	554.055	629.151	554.055
Provisão para passivos contingentes (Nota 21b)	239.950	193.961	303.904	244.208
Arrecadação de cobrança	59.785	95.261	60.020	95.422
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8d)	19.567	132.982	19.567	132.982
Provisão para pagamentos a efetuar	102.957	102.010	126.627	144.548
Valores a pagar a sociedades ligadas	36.162	18.605	45.875	11.958
Valores a pagar a lojistas	152	2.080	162	2.088
Cheques administrativos	784	-	784	-
Captação de recursos FIDCs	-	-	-	2.658
Valores específicos de consórcio	-	-	11.445	15.815
Cessão com retenção de riscos - Consignado (1)	690.009	-	690.009	-
Outros	35.650	65.908	17.781	80.180
Total	1.814.167	1.164.862	1.905.325	1.283.914

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios. (Nota 8g).

23) PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

Em decorrência da alienação da Pan Seguros em 29/12/2014, não apresentaremos a seguir saldos patrimoniais deste seguimento para 31/12/2014.

As provisões técnicas - seguros e resseguros apresentavam em 31/12/2013 a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Consolidado		Consolidado	
Seguros de Pessoas				
Prestamistas	-	-	-	108.794
Desemprego/perda de renda	-	-	-	10.500
Acidentes pessoais coletivos	-	-	-	2.761
Rendas de eventos aleatórios	-	-	-	405
Seguro Habitacional - Prestamista	-	-	-	39
Vida em grupo	-	-	-	49
Seguro Habitacional - Demais coberturas	-	-	-	1
Total	-	-	-	122.549

b) Sinistros a liquidar:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Consolidado		Consolidado	
Consolidado				
Prestamistas	-			

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contribuição à cofins	92.686	108.187	130.523	147.830
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	16.822	15.406	32.576	33.202
Contribuição ao PIS	15.061	17.589	22.445	25.209
Impostos e taxas	2.498	5.264	10.313	11.193
Total	127.067	146.446	195.857	217.434

29) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Recuperação de encargos e despesas	36.287	14.839	42.343	19.396
Amortização do deságio - BCS (1)	15.877	11.547	15.877	11.547
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	6.657	8.384
Reversão de provisões	2.548	121.329	4.501	129.828
Variação monetária ativa	37.722	4.946	50.122	35.989
Taxa de registro de cartórios - CDC (2)	-	16.079	-	16.079
Adesão ao refis	-	21.430	-	29.186
Outras	29.614	63.678	36.372	53.488
Total	122.048	253.848	155.872	303.897

(1) Refere-se à amortização parcial do deságio apurado na aquisição de carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. (Nota 1).
(2) A partir de abril de 2013, os valores recebidos de clientes pelo registro de contratos (CDC) em cartórios estão sendo contabilizados em outras obrigações, face representar uma obrigação para o banco.

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cessão de operações de crédito	398.257	386.071	385.692	333.739
Variação monetária passiva	210.298	143.381	220.749	151.811
Constituição de provisões	161.446	203.096	210.876	217.672
Prejuízo com operações de crédito/financiamento e fraudes	45.098	30.399	45.113	30.436
Descontos concedidos	31.686	25.884	34.568	30.984
Amortização de ágio	11.645	11.645	25.053	25.053
Cravames	22.877	19.585	22.896	19.609
Adesão ao refis	12.952	-	9.017	-
Administração de apólice de seguros	-	-	225	135
Impairment de ativos	-	16.593	-	20.027
Outras	45.447	36.633	54.057	90.050
Total	939.706	873.287	1.008.246	919.516

30) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Resultado na alienação de outros valores e bens	(80.842)	(101.525)	(86.048)	(98.416)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	24.018	46.514	28.301	48.978
Impairment de ativos não financeiros	(809)	(3.999)	(10.867)	(6.382)
Resultado na alienação de investimento (Nota 1 a)	386.530	-	386.530	-
Outros	(2.147)	14	431	254
Total	326.750	(58.996)	318.347	(55.566)

31) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Banco			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	49.999	319.127	6.950
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	122.734	-	8.100	-
Caixa Econômica Federal	-	-	543.837	4.327
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	68.289	71.794	5.937	10.685
Total	191.023	121.793	877.001	21.962
Títulos e valores mobiliários (b)				
Caixa CDC FIDC	-	33.904	-	5.126
Caixa Master CDC FIDC	-	203.304	-	4.350
FIDC F BP Financeiro	-	-	-	8.327
Banco BTG Pactual S.A.	-	86.563	-	8.837
Total	-	323.771	-	26.640
Cessão de crédito (c)				
Caixa Econômica Federal	426.692	189.985	-	-
Total	426.692	189.985	-	-
Outros créditos (d)				
Caixa Econômica Federal	12.773	-	-	-
PAN Seguros S.A. - JCP	-	7.233	-	7.233
PAN Seguros S.A.	3.055	64	-	-
Panamericana Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	16	9	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	5.294	3.211	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	15	19	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	-	18	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	446	18	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	39	18	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	2.491	810	-	-
Total	24.130	11.400	-	7.233
Depósitos à vista (e)				
PAN Seguros S.A.	(1.889)	(10)	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	(6)	(6)	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(11)	(5)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(136)	(195)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	(12)	(13)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	(4)	(3)	-	-
Ourinvest Real Estate Holding	(1)	(4)	-	-
Brazilian Finance Real Estate	(4)	(3)	-	-
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	(8)	(2)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(3)	(1)	-	-
Pessoal-chave da administração	(1)	(2)	-	-
Total	(2.077)	(244)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)				
Banco BTG Pactual S.A.	(2.518.107)	(1.308.963)	(241.269)	(49.247)
Caixa Econômica Federal	(5.855.642)	(4.977.657)	(561.335)	(140.753)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(68.059)	(179.666)	(10.988)	(19.394)
Total	(8.441.808)	(6.466.286)	(813.592)	(209.394)
Depósitos a prazo (g)				
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	(18.690)	(2.066)	(925)	(342)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(7.615)	(23.401)	(1.727)	(2.091)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	(13.506)	(23.631)	(1.725)	(1.775)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(3.063)	(15.236)	(1.367)	(6.785)
Brazilian Finance Real Estate	(55.201)	(3.939)	(371)	(1.242)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	(4.502)	(132.547)	(10.488)	(10.781)
BMSR II Participações S.A.	(763)	-	(23)	-
Ourinvest Real Estate Holding	(17.144)	(9.184)	(975)	(2.654)
Total	(120.484)	(210.004)	(17.602)	(25.670)
Obrigações por operações compromissadas				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(612.283)	(2.726)
Caixa Econômica Federal	-	-	(456)	(538)
Caixa CDC FIDC	-	(1.549)	-	(527)
Caixa Master CDC FIDC	-	(4.049)	-	(1.046)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(11.316)	-	(250)	-
Total	(11.316)	(5.598)	(612.990)	(4.837)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)				
Banco BTG Pactual S.A.	(389.144)	(328.931)	(37.999)	(18.451)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(5.977)	-	(39)	-
Caixa Econômica Federal	-	-	(342)	-
Pessoal-chave da administração	(28.368)	(22.749)	(1.383)	-
Total	(423.489)	(351.680)	(39.763)	(18.451)
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)				
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(23.503)	(10.795)	5.817	(10.916)
Banco BTG Pactual S.A.	130.011	-	226.012	-
Total	106.508	(10.795)	231.829	(10.916)
Outras Obrigações (j)				
PAN Seguros S.A.	(11.036)	-	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	-	(219)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	(10.737)	(5.918)	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(1.682)	(1.091)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	-	(23)	-	-
Total	(23.455)	(7.251)	-	-
Receita de prestação de serviços (k)				
PAN Seguros S.A.	-	-	5.331	3.945
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(207.895)	-
Total	-	-	(202.565)	3.945
Despesa de pessoal (l)				
PAN Seguros S.A.	-	-	(108)	(184)
Total	-	-	(108)	(184)
Outras despesas administrativas (m)				
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(63.364)	(196.290)
PAN Seguros S.A.	-	-	(1.725)	(867)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(550)	(939)
BTG Pactual Corretora	-	-	(97)	(106)
Caixa Seguradora S.A.	-	-	-	(3)
Tecban S.A.	-	-	(948)	(653)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(40)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	(159)	(669)
Ourinvest Real Estate Holding	-	-	(230)	-
Total	-	-	(67.074)	(199.567)
Resultado obtido na cessão de crédito				
Caixa Econômica Federal	-	-	903.123	1.027.007
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	1.996	-
Total	-	-	905.119	1.027.007

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
(b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas no caso dos FIDCs, aplicações em cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.;
(c) Referem-se à cessão de crédito a receber sem cobrança;
(d) Referem-se a valores de cobrança a receber a serem repassados, juros sobre capital próprio e carteira de câmbio;
(e) Referem-se ao saldo de contas-correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
(f) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
(g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
(h) Referem-se a operações de Swap;
(i) Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar, arrecadados por meio de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito a serem repassadas e câmbio vendido a liquidar;
(j) Referem-se a comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios;
(k) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores; e
(l) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

Disponibilidades (a)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Banco BTG Pactual S.A.	5	5	-	-
Total	5	5	-	-

Aplicação interfinanceira de liquidez (b)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Banco BTG Pactual S.A.	-	49.999	319.127	6.950
Caixa Econômica Federal	-	-	543.837	4.327
Total	-	49.999	862.964	11.277

Títulos e valores mobiliários (c)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Banco BTG Pactual S.A.	-	86.563	-	8.837
Caixa Econômica Federal	-	22.390	-	1.481
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	22.885	-	1.681
Total	-	131.838	-	11.999

Cessão de crédito (d)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa Econômica Federal	426.692	189.985	-	-
Total	426.692	189.985	-	-

Outros créditos (e)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa Econômica Federal	12.773	-	-	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	58	-	-
PAN Seguros S.A.	4.420	-	-	-
Panamericana Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	16.593	-	-	-
Total	33.787	58	-	-

Depósitos à vista (f)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PAN Seguros S.A.	(1.889)	-	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	(6)	-	-	-
Pessoal-chave da administração	(1)	-	-	-
Total	(1.896)	-	-	-

Depósitos interfinanceiros (g)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Banco BTG Pactual S.A.	(2.518.107)	(1.308.963)	(241.269)	(49.247

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2014 e 31/12/2013.

	Ativos - Dólar		Passivos - Dólar	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Operações de crédito (ACC/CCE)	965.700	688.113		
Outros Recebíveis	22.140	24.912		
Total Ativos	987.840	713.025		
	1.423.509	1.243.306		
Divida subordinada			773.610	687.904
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior			66.614	238.391
Obrigações por empréstimos no exterior			2.263.733	2.169.601
Total Passivos			2.263.733	2.169.601

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades do gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descaamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2014 e 31/12/2013, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos - Dólar				
Swap	1.557.570	1.936.677	2.575.119	2.770.656
DDI	97.796	35.691	97.796	35.691
Total	1.655.366	1.972.368	2.672.915	2.806.347
Passivos - Dólar				
Swap	128.076	235.504	145.677	257.106
DDI	789.323	573.250	789.323	573.250
DOL	146.215	66.586	146.215	66.586
NDF	16.371	5.318	16.734	5.394
Total	1.079.985	880.658	1.097.949	902.336

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descaamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

Risco Operacional

Refere-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do artigo 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Títulos e Valores Mobiliários	2.273.556	2.276.294	2.738	1.500.104
- Ajuste de títulos para negociação	509.524	509.524	133.568	133.568
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.371.486	1.371.486	931.449	931.449
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	392.546	395.284	2.738	457.603
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	17.512.019	18.974.188	1.462.169	15.158.260
Depósitos a prazo	2.736.001	3.267.850	(531.849)	2.682.872
Depósitos Interfinanceiros	8.631.521	8.454.482	177.039	6.404.375
Recursos de emissão de títulos	5.168.051	5.331.247	(163.196)	5.124.746
Obrigações por empréstimos	168.317	236.469	(68.152)	339.849
Dívidas Subordinadas	1.556.283	1.587.801	(31.518)	1.399.400
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			847.231	432.957

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação a modelo ou por instrumentos equivalentes; - Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; - Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses têm seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

33) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto à SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No exercício de 31/12/2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 567 no Banco PAN e R\$ 589 no Consolidado (R\$ 610 no Banco PAN e R\$ 664 no Consolidado no exercício de 31/12/2013).

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição; (e) Vale-Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2014 a R\$ 22.711 no Banco PAN e R\$ 52.374 no Consolidado.

34) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(48.914)	(255.607)	(40.135)	(116.653)
Alíquota efetiva (1)	40%	40%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	19.566	102.243	10.766	46.029
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	1.496	12.720	-	-
Ajuste de Crédito Tributário de Exercícios Anteriores	-	(3.874)	(2.923)	(3.266)
Crédito Tributário não ativado anteriormente - utilizado no Refis (3)	32.911	-	32.911	-
Crédito Tributário não constituído no exercício	-	(175.212)	-	(175.227)
Outros valores	(429)	90.682	7.205	97.390
Reculta de imposto de renda e contribuição social do exercício	53.544	26.559	47.959	(35.074)

(1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e demais segmentos; (2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (Nota 3n). (3) Conforme previsto na Lei nº 13.043, de 13/11/2014, o Banco PAN apresentou pedido formal à Receita Federal do Brasil, para liquidação antecipada de parcelamento em andamento, nos moldes da Lei nº 11.941/09, com compensação de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, com isso foi liquidado o saldo remanescente de parcelamento, composto por débitos tributários e previdenciários parcelados em 2009, mediante pagamento em espécie e utilização de saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de exercícios anteriores.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco			
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	976.394	348.646	(286.676)	1.038.364
Provisão para contingências civis	59.348	150.045	(142.578)	66.815
Provisão para contingências trabalhistas	16.972	24.308	(13.384)	27.896
Provisão para contingências tributárias	1.263	185	(179)	1.269
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	19.610	46.995	(53.877)	12.728
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	20.457	52.269	(47.333)	25.393
Provisão para gratificação de funcionários/PLR	13.226	20.428	(33.654)	-
Outras provisões	72.364	16.157	(30.643)	57.878
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.179.634	659.033	(608.324)	1.230.343
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.287.348	-	(9.066)	1.278.282
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.466.982	659.033	(617.390)	2.508.625

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
<p>Presidente Jorge Fontes Hereda</p> <p>Vice - Presidente André Santos Esteves</p> <p>Conselheiros José Luiz Acar Pedro Antonio Carlos Porto Filho Fábio de Barros Pinheiro Fábio Lenza Marcelo Terrazas</p> <p>Marcos Antônio Macedo Cintra Marcos Roberto Vasconcelos Mateus Afonso Bandeira Marcos Bader Roberto Balls Sallouti</p>	<p>Diretor Presidente José Luiz Acar Pedro</p> <p>Diretores Alex Sander Moreira Gonçalves Carlos Eduardo Pereira Guimarães Eduardo Almeida Prado Eduardo Nogueira Domeque</p> <p>Jose Luiz Trevisan Ribeiro Leandro de Azambuja Micotti Maurício Antônio Quarezemin Paulo Alexandre da Graça Cunha</p>	<p>Marcelo Adilson Tavarone Torres Marluce dos Santos Borges Paulo Roberto Salvador Costa</p>	<p>Adilson Rodrigues Ferreira Almir José Meireles Marcelo Yague</p>
CONTADOR			
Gregório Moreira Franco CRC 1SP219426/O-2			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas **Banco Pan S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pan S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e de suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase
Créditos tributários diferidos
Conforme descrito na nota 34, existem em 31 de dezembro de 2014 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2015, cujas premissas

principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressaltada em função deste assunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos também as demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014 e consolidadas para o exercício findo nessa mesma data, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2015



Edison Arisa Pereira
Contador - CRC 1SP127241/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2014

os elaborados pelas auditorias interna e independente, assim como o desempenho observado frente ao quanto previsto no Plano de Negócios.

Nessa linha, destaca como relevantes os eventos que se seguiram: (i) incremento de recursos oriundos do aumento de capital aprovado pelo Banco Central do Brasil em Agosto, da ordem de R\$ 1.331 milhões; (ii) impacto positivo no resultado, de R\$ 386 milhões, decorrente da venda da Seguradora e Corretora Pan; e, (iii) igualmente, pelo resultado das cessões de crédito, da ordem de R\$ 929 milhões. Ressalta, também, que a manutenção do montante de R\$ 2.861 milhões de créditos tributários, no ativo de longo prazo, baseou-se em estudo técnico elaborado para cada uma das empresas do conglomerado, em que se demonstra a viabilidade de sua realização, no prazo e regras fiscais vigentes, sendo fruto de revisão efetuada em dezembro de 2014. O novo Plano de Negócios, aprovado pelo Conselho de Administração, considerou o cenário econômico atual e projetado, previsão de crescimento operacional, projeções essas de difícil mensuração, estando assim a realização do crédito tributário condicionada à confirmação dessas premissas. O fato tem sido, recorrentemente, objeto de um parágrafo de ênfase no relatório da auditoria independente.

Ante o exposto, e limitando suas responsabilidades à confiabilidade dessas informações, o Comitê de Auditoria considera que:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

o relatório do Comitê de Auditoria. Entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício, e corroboram com a opinião do comitê de auditoria de que "os controles internos e de gerenciamento de riscos, embora sem comprometimento de sua efetividade quanto aos princípios fundamentais, necessitam de melhorias. Algumas ações, para a realização de créditos tributários de longo prazo que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela administração da entidade, aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2015, conforme nota explicativa nº 34; (b) na reunião com os auditores externos; e (c) os controles internos e de gerenciamento de riscos, embora sem comprometimento de sua efetividade quanto aos princípios fundamentais, necessitam de melhorias. Algumas ações, como: revisão/atualização de políticas voltadas à mitigação de riscos, implantação de novos sistemas tecnológicos e a definição de regras mais rígidas voltadas à agilização da correção dos apontamentos da autoridade supervisora e das auditorias, por parte da administração, encontram-se em curso". Os exames das demonstrações citadas foram complementados, ainda, pela análise de documentos e,

substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Companhia, essencialmente, pela Diretoria de Controladoria e Compliance.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2015

Marcelo Adilson Tavarone Torres
Marluce dos Santos Borges
Paulo Roberto Salvador Costa

Os membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco Pan S.A., após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2014 e com base: (a) no Parecer dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 09.02.2015, com ênfase em relação aos créditos ativados no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela administração da entidade, aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2015, conforme nota explicativa nº 34; (b) na reunião com os auditores externos; e (c)